

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contrato para perfis criticarem BC tem iniciais de Vorcaro e multa de R\$ 800 mil..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Secom monitora redes sociais para evitar que caso Master atinja governo..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O contencioso judicial na reforma tributária (Artigo)..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

O amargo recuo do TCU no caso Master (Editorial)..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Desconto indevido do INSS já custa R\$ 2,8 bi ao governo..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Reajuste de servidor custa R\$ 25,4 bi extras em dois anos..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudanças no ITCMD levam contribuintes a buscar bancas para rever planejamentos
sucessórios..... 13

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo imposto para PMEs pode ultrapassar R\$ 5,6 trilhões..... 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula decide vetar benefício para contribuinte "bom pagador"..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil pagou o dobro do Paraguai em 2025 por energia de Itaipu..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Capitalização vai liberar mais R\$ 9 bilhões para indústria, afirma Finep..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Sob impacto dos juros, indústria anda de lado em novembro..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Mercado externo pesa, e IGP-DI volta a ter deflação anual..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Temas econômicos em 2026 (Artigo)..... 27

Sexta-Feira, 9 de Janeiro de 2026

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ibovespa avança 0,6% com apoio da Petrobras (Artigo) 29

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Varejo brasileiro chega a NY de olho em IA e futuro das lojas 30

Contrato para perfis criticarem BC tem iniciais de Vorcaro e multa de R\$ 800 mil

**GUILHERME CAETANO BRASÍLIA / COLABOROU
GUSTAVO CÔRTEZ**

No contrato de confidencialidade oferecido por agências para que influenciadores promovessem conteúdo com ataques ao Banco Central (BC), que determinou a liquidação do Banco Master, constava as iniciais de Daniel Vorcaro, dono da instituição, e previsão de multa de R\$ 800 mil em caso de quebra do sigilo. O Estadão teve acesso a um dos contratos.

O documento foi enviado tanto para o vereador Rony Gabriel (PL-RS), de Erechim, que tem 1,7 milhão de seguidores no Instagram, quanto para a comunicadora Juliana Moreira Leite, com 1,5 milhão de seguidores na mesma rede. Os dois recusaram fechar o acordo.

Nem o Banco Master nem Daniel Vorcaro são citados no documento, mas o teor a ser tratado na parceria que seria realizada após a assinatura do contrato é chamado de "projeto DV", iniciais do empresário.

"O presente acordo tem por objeto a proteção de todas as informações confidenciais às quais a parte receptora venha a ter acesso em razão de conversas, reuniões, documentos, mensagens, materiais, análises ou qualquer interação relacionada a projetos conduzidos pela Unltd, incluindo, mas não se limitando, ao projeto estratégico em questão denominado por enquanto: Projeto DV", diz o documento.

O contrato também prevê multa de R\$ 800 mil pelo descumprimento das cláusulas.

Elas incluíam a obrigação de "manter absoluto sigilo sobre todas as informações confidenciais", "não divulgar, compartilhar, reproduzir ou comentar tais informações com terceiros", "utilizar as informações confidenciais exclusivamente para fins relacionados aos projetos da Unltd" e "adotar medidas para impedir acesso não autorizado às informações".

O contato com o gabinete de Rony Gabriel foi feito em 20 de dezembro por André Silva Salvador, que consta na **Receita Federal** como um dos sócios da Unltd Network Brazil, empresa que presta serviços de marketing. Procurado, Salvador não se manifestou.

"Estamos fazendo um trabalho de gerenciamento de

reputação e gestão de crise para um executivo grande. E temos contratado perfis que se posicionaram para nos ajudar nessa disputa política que estamos travando contra o sistema. Posso te explicar melhor por telefone se tiver interesse", escreveu Salvador ao assessor do vereador.

O agente enviou uma série de vídeos que poderiam servir de modelo para o conteúdo a ser publicado por Rony Gabriel. Os links são de publicações dos comunicadores Carol Dias (7,4 milhões de seguidores no Instagram), Paulo Cardoso (4,3 milhões de seguidores), Marcelo Rennó (625 mil seguidores) e André Dias (118 mil seguidores), e também o perfil de humor Alfinetei (25,3 milhões de seguidores).

Os comunicadores citados criticavam a liquidação do Master e repercutiam a notícia de que o Tribunal de Contas da União (TCU) tinha pedido explicações ao BC sobre a operação.

"Um banco foi liquidado em um prazo considerado incomum.

Diante da rapidez do processo, o órgão de controle solicitou esclarecimentos ao Banco Central. O prazo para resposta terminou sem que as explicações fossem apresentadas, o que levantou questionamentos", escreveu o @alfinetei.

O ex-diretor do BC Renato Dias Gomes também é citado.

"Quando o órgão como o TCU entra no caso, é porque tem algo muito errado. Quando um banco cresce muito rápido, ele tira cliente, espaço e lucro de muita gente grande, e isso incomoda demais. Quando um banco é liquidado, ele não some (...) só entra em liquidação.

Ou seja, quem tem dinheiro, compra barato. Será que isso não vira oportunidade para muita gente grande?", questionou o @cardosomundo, de Paulo Cardoso.

A ação do TCU foi relatada pelo ministro Jhonatan de Jesus.

Ele estabeleceu uma fiscalização de auditores do Tribunal de Contas para revisar o processo. Tanto agentes do mercado financeiro quanto juristas questionam a legitimidade dessa prática por

entenderem que a atuação do BC como regulador é soberana e impassível de fiscalização. Ontem, ele recuou da inspeção e mandou a análise para o plenário do TCU, que só volta do recesso no dia 16 de janeiro.

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) protocolou representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) e pediu investigação contra Jhonatan de Jesus por abuso de autoridade e "interferência indevida".

PAGAMENTO. Um dos envolvidos no pagamento a influenciadores é administrador de empresas do jornalista de celebridades Leo Dias. Mensagens obtidas pelo Estadão mostram que André Silva Salvador afirma ter parceria com Thiago Miranda, descrito como "sócio do grupo Leo Dias".

Miranda é dono da agência de publicidade Mithi e administrador de duas empresas pertencentes ao jornalista: a Leo Dias Comunicação e Jornalismo Ltda e a Leo Dias Comunicação e Jornalismo Ltda SCP VTG. Registros da Junta Comercial de São Paulo indicam que Miranda chegou a figurar como sócio da primeira empresa em outubro do ano passado.

Apesar de o nome dele ser citado na mensagem, o contrato foi feito pela Unltd, sediada em Águas Claras (DF), com capital social de R\$ 5 mil e enquadrada como empresa de pequeno porte. Foi por meio dela que se pagaram os posts críticos ao BC. Salvador possui ainda participação em duas empresas sediadas em Pelotas (RS), onde reside.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Secom monitora redes sociais para evitar que caso Master atinja governo

GABRIEL HIRABAHASI E GABRIEL DE SOUSA
BRASÍLIA

O governo acompanha com atenção a onda de notícias falsas contra o Banco Central envolvendo a liquidação com o Banco Master. Segundo pessoas ouvidas pelo Estadão/ Broadcast, a Secretaria de Comunicação Social orientou servidores a monitorar os perfis que vêm divulgando essas fake news.

Instituições e autoridades envolvidas com a liquidação do Banco Master passaram a ser alvo de uma série de ataques nas redes sociais pouco antes da virada do ano. Pessoas próximas à Presidência ouvidas pela reportagem disseram que o objetivo principal da Secom é evitar que o assunto de alguma forma respingue no governo federal.

O monitoramento de redes sociais é algo que a Secom vem fazendo com frequência desde que Sidônio Palmeira assumiu a direção do órgão, no início de 2025. Além de reformular o discurso do governo federal na internet, em especial nas contas do "Gov.br" nas redes sociais, a equipe também intensificou o monitoramento de assuntos que porventura pudessem afetar a popularidade do governo.

Logo no início da gestão de Sidônio, o desafio enfrentado foi em relação ao ato da **Receita Federal** envolvendo o Pix, que foi tratado pela oposição nas redes como uma taxa do sistema de pagamento criado pelo Banco Central. Naquela oportunidade, o governo sofreu uma derrota e teve de recuar.

A portaria da Receita foi revogada por causa da ampla repercussão negativa do caso.

Ontem, o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que o entendimento do governo é de que do Banco Central tem a competência para lidar com a liquidação do Master.

Costa disse ainda que respeita a atuação de "quem estudou e se dedica há anos" para monitorar o sistema financeiro.

LIGAÇÃO DE LULA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva telefonou para o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo Filho, no início da semana, logo após ter voltado do recesso de fim de

ano. Segundo interlocutores do Palácio do Planalto, a conversa entre ambos teria sido superficial, sem que o tema da liquidação do Banco Master fosse aprofundado na ligação.

A informação foi publicada pelo jornal O Globo e confirmada pelo Estadão/Broadcast. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O contencioso judicial na reforma tributária (Artigo)

Por Ary Raghiant Neto Este trecho é parte de conteúdo que pode ser compartilhado utilizando o link <https://valor.globo.com/legislacao/coluna/o-contencioso-judicial-na-reforma-tributaria.ghtml> ou as ferramentas oferecidas na página. Textos, fotos, artes e vídeos do Valor estão protegidos pela legislação brasileira sobre direito autoral. Não reproduza o conteúdo do jornal em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização do Valor (falecom@valor.com.br). Essas regras têm como objetivo proteger o investimento que o Valor faz na qualidade de seu jornalismo.

Embora a **reforma tributária** já seja uma realidade entre nós, com a promulgação da Emenda Constitucional (EC) nº 132/23 e a publicação da Lei Complementar (LC) nº 214/25, não há, ao menos até este momento, consenso a respeito da melhor alternativa em relação ao aspecto processual e a solução dos litígios que certamente surgirão, notadamente quanto ao contencioso judicial.

A emenda inseriu o artigo 105, inciso I, alínea "j", no texto constitucional, atribuindo competência ao STJ para processar e julgar, originariamente, "os conflitos entre entes federativos, ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados aos **tributos** previstos nos arts. 156-A e 195, V". Todavia, o próprio STJ, através de um grupo de trabalho coordenado pela ministra Regina Helena Costa, ao examinar a **reforma tributária** e essa novel competência, concluiu no relatório que "os novos **tributos** têm o potencial de, ao menos, triplicar o contencioso tributário sobre a tributação do consumo", sugerindo, via emenda regimental, ajustes na competência da 1ª Seção, por sua especialidade em direito tributário.

Mas apenas isso não resolve o problema em definitivo, afinal, a competência do artigo 105, I, j, inserida pela EC 132/23, não contemplou os contribuintes, logo, as questões envolvendo estes e os entes subnacionais, estão a depender da edição de nova legislação se a ideia for mudar o panorama atual. Nesse aspecto, o grupo de trabalho do STJ sugeriu o que se denominou de "política de litigante único", estabelecendo que apenas um dos três entes federativos representaria o Fisco em juízo, inclusive nas ações contrárias, a depender do porte do contribuinte e do valor do crédito tributário em discussão.

Já o CNJ, através de outro grupo de trabalho,

apresentou uma proposta de emenda constitucional que está no Senado, contemplando o chamado "foro nacional", onde magistrados federais e estaduais, de modo virtual, decidiriam as controvérsias relativas aos dois novos **tributos** (IBS e CBS), em conjunto, com a finalidade de reduzir a divergência jurisprudencial entre os julgados da Justiça Estadual e Federal, se mantidas as competências separadas.

Li recentemente no Valor uma terceira proposta: atribuir ao Comitê Gestor do IBS a titularidade do crédito desse tributo, legitimando-o a figurar no polo ativo e passivo das relações tributárias, em substituição aos entes subnacionais.

Quanto à CBS, não vejo problema algum a se manter a estrutura atual, já que as ações envolvendo a União são de competência da Justiça Federal (artigo 109, I, CF/88). Em relação ao IBS, a solução deve ser diferente, na medida em que temos 27 entes subnacionais (os Estados mais o DF), além dos 5.569 municípios, como titulares em tese de parcela do crédito tributário que decorre do nascimento da obrigação tributária.

As propostas que estão na mesa visam, todas, reduzir possíveis conflitos decorrentes de decisões judiciais antagônicas tratando de CBS e IBS, cuja regra matriz de incidência é idêntica para ambos os **tributos**. No âmbito do contencioso administrativo, bem andou o legislador no PLP nº 108/2024 - que aguarda sanção presidencial -, quando previu a criação da Câmara Nacional de Integração do Contencioso do IBS e da CBS e o recurso de uniformização (artigo 323-G, da LC 214/25), para dirimir conflitos entre o **Carf** e o Comitê Gestor, na solução de casos concretos envolvendo os dois **tributos**.

É importante destacar que a estrutura do contencioso administrativo manterá o **Carf** para julgamento da CBS e o Comitê Gestor, através das Câmaras Estaduais, para o julgamento do IBS, cuja novidade é a criação de um órgão de integração para, na hipótese de dissenso, resolver a questão.

O problema persiste, entretanto, no âmbito judicial, quando se pretende reduzir eventuais divergências interpretativas nos juízos e tribunais de segundo grau, já que CBS e o IBS têm idênticas hipóteses de incidência. A ideia de encurtar esse caminho para

solucionar eventuais conflitos que decorram da aplicação da legislação, a meu ver, encontra óbice no próprio texto constitucional, notadamente no pacto federativo que contempla normas definidoras de competências e de poder. Aliás, isso não passou despercebido do grupo de trabalho criado pelo TJSP, que também avaliou os impactos da **reforma tributária** no Judiciário.

Com efeito, as propostas existentes, a par das críticas já lançadas por doutrinadores dos mais variados quilates, não resolvem em definitivo o problema central: insegurança jurídica decorrente de possíveis decisões antagônicas em situações de fato (e de direito) idênticas ou similares. O sistema de justiça do país está estruturado de maneira a contemplar ao STJ a missão de dar a última palavra quando a questão envolver tratado ou lei federal (artigo 105, III, "a") ou quando houver divergência jurisprudencial entre tribunais (artigo 105, III, "c").

O Judiciário está escalonado em três níveis, cada qual com sua competência delineada na Constituição. Reunir juízes/desembargadores em um foro nacional virtual, conforme sugere o CNJ, não é garantia de decisões simétricas envolvendo CBS e IBS. Aliás, as regras do artigo 95 da Constituição servem justamente ao propósito de assegurar a independência do magistrado no julgamento das causas que lhe são submetidas. Da mesma forma, a política de "litigante único" também não consegue impedir que decisões judiciais a respeito de CBS e IBS venham a dar causa à divergência jurisprudencial, pelas mesmas razões apontadas em relação à proposta do CNJ.

Em verdade, o CPC contempla taxativamente as hipóteses nas quais juízes e tribunais são obrigados a seguir determinado padrão de decisão (artigo 927), tendo como referência primeira as decisões vinculantes do STF e do STJ, respectivamente.

Portanto, creio que a alternativa que nos resta é manter o "status quo ante", ou seja, as questões que envolvem a CBS devem ser julgadas na Justiça Federal e quanto ao IBS, na Justiça Estadual, cabendo ao STJ e ao STF dar a palavra final.

A única alternativa que me parece apropriada para o momento é a criação da Ação Direta de Legalidade e de Ilegalidade, de competência do STJ, que poderia servir para, nos moldes da ADI e ADC no STF, solucionar questões atinentes à **reforma tributária** de maneira mais célere, cujo resultado teria o condão de vincular juízes e tribunais. Qualquer outra solução que não passe pela reestruturação do sistema de justiça, além de encontrar críticas de todos os lados, não resolverá o problema dos riscos de decisões divergentes e que estão a causar insegurança jurídica.

Ary Raghiant Neto é desembargador do TJMS

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260109/>

O amargo recuo do TCU no caso Master (Editorial)

O ministro Jhonatan de Jesus, do Tribunal de Contas da União (TCU), recuou da inspeção in loco que havia determinado na sede do Banco Central (BC), em pleno recesso, para verificar os documentos que embasaram a decisão pela liquidação extrajudicial do Banco Master. Pressionado por seus pares na Corte de Contas e isolado após perder o apoio público do presidente do órgão, Vital do Rêgo, o ministro acabou por acatar o recurso do BC e deixar para o plenário de ministros decidir sobre o caso.

No despacho, Jhonatan de Jesus não esconde o incômodo em ter de reconsiderar sua decisão. Na tentativa de manter alguma autoridade, o ministro sustentou que o Regimento Interno do TCU permitia que ele tomasse a decisão monocraticamente, ao contrário do que o BC alegava, ressaltou que o acesso a documentos sigilosos do caso era um pedido da área técnica, e não dele enquanto relator, e insistiu que poderia, se quisesse, rejeitar os embargos apresentados pela autoridade monetária de modo a garantir que a inspeção fosse realizada.

A despeito do longo preâmbulo, Jhonatan de Jesus alegou que a "dimensão pública assumida pelo caso, com contornos desproporcionais para providência instrutória corriqueira nesta corte", o levou a dividir a responsabilidade sobre o caso com o plenário e aguardar o retorno dos trabalhos do tribunal, em meados de janeiro. Pudera. A imprudência do ministro colocou o TCU no centro da crise envolvendo o Banco Master e seu controverso controlador, Daniel Vorcaro.

A cada dia surgem novos fatos a corroborar a decisão do BC pela liquidação da instituição financeira. Como revelou o Estadão, o Master relatou ter firmado 338.608 contratos de crédito consignado entre outubro de 2021 e setembro do ano passado, mas deixou de apresentar documentos comprobatórios em mais de 250 mil deles, ou 74,3% do total. Relatório do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) encontrou um cenário de irregularidades sistemáticas que constitui "falha grave e insanável" e lança "dúvidas fundadas" sobre a existência jurídica e a validade do consentimento dos beneficiários.

Na tentativa de arregimentar a opinião pública a seu favor, o Master teria apelado até mesmo a influenciadores para atacar a credibilidade do Banco Central e da Federação Brasileira de Bancos

(Febraban) nas redes sociais. O contrato continha cláusula de confidencialidade e multa de R\$ 800 mil a quem revelasse detalhes do chamado "Projeto DV", designação nada sutil com as iniciais do controlador do banco. Entre os argumentos sugeridos aos influenciadores estava justamente o pedido de explicações que o TCU fez ao BC sobre a liquidação, bem como insinuações de que tudo se devia ao desconforto da concorrência com o crescimento da instituição financeira do sr. Vorcaro.

Em contrapartida, não faltam economistas experientes a apontar os absurdos que envolvem o Banco Master. Ao Estadão, o ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Marcos Lisboa demonstrou espanto com os ataques coordenados ao BC. "O Brasil enfrentou casos de descontrole em bancos privados com sucesso nos últimos 30 anos", disse ele, "e eu nunca assisti a uma reação como essa". Já o ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga afirmou não haver qualquer sentido nas ações do TCU e do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro arrogou o processo do Master para a Corte e o colocou sob elevado grau de sigilo.

A reversão da liquidação, a essa altura, parece sepultada, mas é com a confusão em torno dessa possibilidade que Vorcaro contava para preservar seu patrimônio perante a Justiça dos EUA. Não à toa, sua defesa mencionou as ações do TCU para alegar que a decisão do BC não é definitiva.

Debalde. Na noite de ontem, o juiz Scott M. Grossman, do Tribunal de Falências da Flórida, julgou válida a decisão do BC.

Se há algo que parece inabalável é a rede de contatos que o banqueiro construiu nos últimos anos. Parlamentares do Centrão articularam até uma proposta para permitir a demissão de diretores do BC pelo Congresso para constrangê-los a aprovar a compra do Master pelo BRB.

Fato é que, quanto mais o tempo passa, mais surgem indícios favoráveis à liquidação do banco, o que só expõe os agentes públicos e levanta dúvidas sobre os motivos de tanta condescendência com Vorcaro e de tamanha falta de consideração com os clientes que ele prejudicou. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Desconto indevido do INSS já custa R\$ 2,8 bi ao governo

O governo federal alcançou R\$ 2,84 bilhões pagos no acordo de ressarcimento a 4,1 milhões de aposentados e pensionistas que sofreram descontos associativos não autorizados em seus benefícios previdenciário. Os valores estão sendo depositados diretamente na conta do benefício, com correção pela inflação (IPCA) e sem necessidade de ação judicial.

O Estado que mais concentrou devoluções foi São Paulo, responsável pelo maior volume financeiro do acordo: 712.247 beneficiários paulistas já receberam R\$ 517,67 milhões. Na sequência aparecem Minas Gerais e Bahia. Em Minas, 436.365 aposentados e pensionistas foram ressarcidos, somando R\$ 289,66 milhões. Já a Bahia contabiliza 406.556 beneficiários, com R\$ 266,19 milhões devolvidos.

O Rio de Janeiro ocupa a quarta posição, com R\$ 206,62 milhões pagos a 296.067 pessoas, seguido pelo Ceará, que recebeu R\$ 181,17 milhões, beneficiando 274.626 segurados.

Além dos pagamentos já realizados, aposentados e pensionistas que identificarem descontos indevidos ainda podem contestar e aderir ao acordo de ressarcimento, observando o prazo, que termina em 14 de fevereiro de 2026.

No entanto, mesmo após essa data, a adesão ao acordo continuará disponível para quem contestou os descontos e não recebeu resposta da entidade em até 15 dias úteis; que recebeu respostas irregulares, como assinaturas falsificadas ou gravações de áudio em substituição a comprovantes válidos; ou que sofreu descontos entre março de 2020 e março de 2025. Também é permitida a adesão por quem possui ação judicial em andamento, desde que ainda não tenha recebido os valores e desista do processo para participar do acordo.

O problema envolveu descontos associativos suspeitos de fraude totalizando R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024. Associações utilizaram plataformas eletrônicas para simular a legalidade nas fichas de filiação. As fraudes incluíam tentativas de cobrar pessoas já falecidas, uso de áudios com ofertas fictícias de serviços e expressões enganosas sugerindo que não haveria cobrança.

O escândalo veio à tona publicamente por meio da

Operação Sem Desconto, da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União em abril de 2025. As investigações resultaram em múltiplas prisões, incluindo de lobistas e ex-dirigentes do INSS, além do bloqueio de quase R\$ 3 bilhões em bens das entidades envolvidas.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260109/>

Reajuste de servidor custa R\$ 25,4 bi extras em dois anos

Ruan Amorim De Brasília

Após quase seis anos sem reajustes, os **servidores públicos** federais tiveram no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não só recomposição salarial pela **inflação** como também aumento significativo nos benefícios como da assistência suplementar à saúde e pré-escolar.

O governo fechou 55 acordos com as carreiras civis para garantir correção salarial pela **inflação** entre 2023 e 2026 para 100% das categorias. Somente em 2025 e 2026, essa negociação vai aumentar as despesas com pessoal em R\$ 25,36 bilhões até o fim deste ano, sendo R\$ 17,30 bilhões em 2025 e 8,06 bilhões em 2026. O impacto na folha de pagamento será ainda maior pois não consideram a correção dos valores dos benefícios.

O auxílio-alimentação, por exemplo, foi reajustado em 43,7% apenas em 2023, com impacto de R\$ 750,1 milhões, e em 51,97% em 2024, elevando o custo para R\$ 1,47 bilhão. Em 2025, houve nova alta (17,5%), com impacto de R\$ 178,4 milhões. Com a correção, o auxílio-alimentação está fixado em R\$ 1.175. Em 2024, também foram reajustados outros auxílios. A assistência suplementar à saúde teve aumento médio de 49,3%, com impacto de R\$ 539,7 milhões, enquanto a assistência pré-escolar foi corrigida em 51,1%, com custo de R\$ 87,9 milhões.

Caso a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 seja sancionada sem vetos aos gastos com pessoal, o governo pretende corrigir o auxílio-alimentação pela **inflação** acumulada entre dezembro e abril, elevando o benefício para cerca de R\$ 1.200 por mês. No mesmo período, também está prevista a correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do auxílio pré-escolar e da assistência à saúde complementar.

Em entrevista ao Valor, o secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), José Lopez Feijóo, afirmou que o governo tem procurado conciliar as negociações com o funcionalismo com as limitações orçamentárias, evitando pressionar as contas públicas. Segundo ele, após um longo período sem reajustes, é natural que haja uma avalanche de demandas por parte dos sindicatos. O último reajuste havia sido concedido em

2017, pelo governo **Temer**. "Por melhor que sejam os acordos, a tendência é que sempre permaneça a avaliação de que as perdas não foram totalmente recuperadas", diz o secretário.

Assim que assumiu o governo, em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva restabeleceu a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), formada por duas bancadas - a governamental e a sindical - e que havia sido interrompida em 2016. Na ocasião, foi concedido um reajuste linear de 9% para todas as categorias. A medida passou a valer em maio daquele ano e teve impacto fiscal de R\$ 9,8 bilhões. Para os anos seguintes, a projeção de impacto ficou em R\$ 14,13 bilhões.

Em 2024, as negociações deixaram de ser lineares e passaram a ocorrer de forma específica com cada carreira. "Todas as carreiras hoje do funcionalismo têm acordos de reestruturação salarial e recomposição remuneratória com validade até o fim de 2026", diz.

Mesmo com a recomposição gradual dos salários e correção dos benefícios, o presidente do Fórum

Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, destacou que ainda há melhorias a serem feitas nas revisões. Ele ressaltou que a **inflação** no setor de saúde, por exemplo, é superior aos reajustes dados pelo Executivo ao benefício. "O auxílio-alimentação também tem uma peculiaridade, pois não é extensivo aos servidores aposentados, que ficam prejudicados neste quesito", diz.

Para a professora de gestão pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) Cibele Franzese, a estratégia do governo ao concentrar parte dos reajustes nos benefícios busca reduzir o impacto previdenciário.

Segundo ela, aumentos em itens como o auxílio-alimentação não são incorporados ao salário, não geram contribuição previdenciária e não se estendem à inatividade. "É uma forma de gerar economia para o futuro. É um caminho menos custoso conceder reajustes por meio do vale-alimentação, que é um benefício, do que pelo salário", afirma.

No momento de realizar reajustes salariais, a especialista explica que o governo precisa avaliar as diferenças de remuneração entre as carreiras do serviço público e do setor privado. Há, na avaliação de Franzese, carreiras sobrevalorizadas e outras subvalorizadas dentro da administração pública, o que amplia as desigualdades internas. Desse modo, ela acredita que a adoção de reajustes lineares, com percentuais iguais para todas as categorias, tende a mascarar essas distorções.

Para José Ronaldo Souza Jr., economista-chefe da Leme Consultores e professor do Ibmecc, antes de promover a recomposição salarial, o governo deveria ter avançado na reforma administrativa, a fim de rever a estrutura remuneratória e introduzir mecanismos de estímulo à performance na máquina pública. Além disso, ele avalia que o ritmo de reajustes deve diminuir nos próximos anos, pois não é sustentável do ponto de vista fiscal.

"Não tem como continuar dando reajustes nessa linha. E eu entendo que esse não deva ser o cenário mais esperado para os próximos anos, independentemente de quem assumir [o governo], porque não há condição de manter esse ritmo de aumento", analisa.

Um dos principais problemas do funcionalismo, segundo o especialista, é o descompasso entre os salários iniciais do setor público e do setor privado. Enquanto no serviço público a remuneração de entrada é significativamente mais elevada, no setor privado os ganhos tendem a crescer de forma mais gradual ao longo da carreira.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260109/>

Mudanças no ITCMD levam contribuintes a buscar bancas para rever planejamentos sucessórios

Beatriz Olivon De Brasília

A conclusão da regulamentação da **reforma tributária** tem levado contribuintes a procurar escritórios de advocacia para rever os planejamentos sucessórios. Além da alíquota do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) passar a ser progressiva, a mudança sobre a base de cálculo também deve tornar o tributo "mais caro".

Ao mesmo tempo, há Estados que ainda não editaram leis para a aplicação das novidades trazidas pela **reforma tributária** e os tribunais superiores julgaram, em 2025, questões importantes relativas ao imposto sobre heranças e doações.

"O Projeto de Lei Complementar nº 108 [que regulamenta a reforma] não é auto aplicável, Estados terão que mudar as leis locais", destaca Joanna Rezende, sócia do PGBR Advogados. Aprovado pelo Congresso em dezembro, o PLP 108 aguarda a sanção presidencial.

A **reforma tributária** "abriu o caminho para a doação encarecer", segundo a advogada. Ao determinar que as alíquotas de ITCMD têm que ser progressivas, a legislação impõe que quanto maior o valor do bem, maior o percentual. Com a alteração na base de cálculo do imposto, os contribuintes terão que aplicar a alíquota sobre o valor de mercado mais o fundo de comércio, em vez do patrimônio líquido.

A reforma também regulamentou a incidência de ITCMD sobre a herança e doação de ativos no exterior. Um ponto positivo para os contribuintes é que, segundo o PLP 108, a extinção de usufruto de imóvel por morte, renúncia ou termo, é tratada como mera consolidação da propriedade, então não há nova cobrança de ITCMD. No usufruto, os reais donos do bem só assumem a propriedade quando o usufrutuário - geralmente o antigo dono - morre. Antes, era comum a cobrança do ITCMD no momento da doação e, depois, quando falecia o usufrutuário.

O PLP 108 estabelece, expressamente, a não incidência do ITCMD na extinção do usufruto "ou qualquer direito real que resulte na consolidação da

propriedade plena sob titularidade do seu instituidor". Por exemplo, se um pai faz a doação de um fundo para os filhos e ele fica com o usufruto (rendimentos), no caso de morte do pai, só incidirá ITCMD sobre eventual rendimento que ele não tiver usado e for repassado aos filhos.

"Não estava evidente, mas já apontávamos a chance dessa tributação quando a regra dos fundos fechados mudou", afirma a advogada Natalia Zimmermann, do escritório Velloza Advogados. A nova lei sobre a tributação dos fundos é a Lei nº 14.754/2023.

A partir das alterações promovidas pelo PL, praticamente todos os Estados que ainda tinham alíquotas fixas aprovaram leis entre os anos de 2024 e 2025 para instituir alíquotas progressivas, segundo João Amadeus, advogado tributarista da banca Martorelli Advogados. "A maioria dessas leis produzirá efeitos a partir deste ano, criando uma carga tributária maior para grandes patrimônios e menor para pequenos espólios", diz.

O advogado destaca contudo que o teto máximo federal, de 8%, ainda é balizado pela Resolução do Senado, mas pode acabar sendo alterado. "E se o Senado aprovar esse aumento em 2026, os Estados já possuem 'gatilhos' em suas leis para aumentar a cobrança automaticamente", aponta Amadeus.

Para alguns Estados, o PL validou práticas que já adotavam. A legislação estadual de Pernambuco, por exemplo, já usava o valor do patrimônio líquido ajustado como base de cálculo. "A partir de 2026, o Estado deverá promover adequações normativas e procedimentais para observar de maneira mais detalhada os comandos da nova lei complementar do ITCMD, quando aprovada, sem prejuízo da lógica já aplicada atualmente", informa a Secretaria do Estado, em nota.

Ainda segundo a secretaria, por enquanto não há estimativa de impacto arrecadatário, porque os procedimentos previstos no PLP 108, em grande medida, já estavam incorporados à legislação estadual e rotinas de fiscalização e cobrança do imposto.

Já no Estado do Rio Grande do Sul, que ocupa a 4ª posição na arrecadação nacional do ITCMD, a previsão atual determina que a base de cálculo do tributo é o valor venal do bem. Em nota, a secretaria informa que estuda os possíveis impactos das alterações que entrarão em vigor para, se necessário, propor ajustes na sua legislação. Em 2024, o Estado arrecadou R\$ 1,65 bilhão com o tributo. Na relação com os demais **tributos** estaduais, conforme dados da arrecadação gaúcha de 2024, isso representou 2,7% do total.

O ITCMD tem sido um dos **tributos** estaduais mais discutidos tanto na esfera legislativa como também judicial, especialmente no ano de 2025. Entre os pontos mais relevantes para o período, João Amadeus destaca que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em março, que o ITCMD não incide sobre os planos de VGBL e PGBL na transmissão aos beneficiários por morte do titular (Tema 1214). A Corte entendeu que esses planos têm natureza de seguro, e não de herança.

A decisão do STF travou a tentativa de vários Estados de taxar esses ativos por meio de legislação estadual. Esse ponto também ficou fora na **reforma tributária**.

Em dezembro, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por meio de recurso repetitivo, que as Fazendas estaduais podem arbitrar a base de cálculo do ITCMD, quando não concordarem com o valor do bem informado pelo contribuinte (Tema 1371).

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260109/>

Novo imposto para PMEs pode ultrapassar R\$ 5,6 trilhões

A **Reforma Tributária** vai substituir PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS por dois novos **tributos**, o IBS e a CBS. Iniciado já em janeiro, o novo modelo vai alterar profundamente a estrutura de arrecadação sobre consumo, impactando desde pequenas empresas até grandes conglomerados, com reflexos diretos sobre o fluxo de caixa e a precificação de produtos e serviços. A mudança deve movimentar cerca de R\$ 2,2 trilhões anuais em arrecadação, transformando o país em uma das primeiras economias do mundo com capacidade de mensurar a atividade econômica quase em tempo real.

Foi prometido que o novo sistema também busca reduzir o contencioso tributário, que já ultrapassa R\$ 5,6 trilhões, valor equivalente a quase 75% do **PIB**. Em um cenário de transição fiscal e busca por previsibilidade, o último trimestre de 2025 marca um ponto decisivo para as empresas, em que o planejamento tributário deixou de ser opcional e passou a representar um fator de sobrevivência e eficiência fiscal.

A advogada tributarista Mary Elbe Queiroz, presidente do Cenapret e sócia do Queiroz Advogados avalia que o momento exige mais do que atenção às novas regras, requer revisão completa das estratégias fiscais, tecnológicas e operacionais, envolvendo todas as áreas da empresa, inclusive a sua localização, pois, a tributação passará a ser no destino.

"A **reforma tributária** é a maior reestruturação das últimas décadas e muda a lógica de apuração, local da tributação e de crédito. Empresas que trabalham com cadeias longas, prazos de pagamentos e recebimento e regimes especiais ou benefícios regionais precisarão avaliar como o novo sistema impactará seu fluxo de caixa e a precificação de seus produtos, pois os **tributos** serão calculados por fora do preço cobrado pelo fornecedor. A CBS e o IBS criam uma base ampla e transparente, mas também eliminam brechas e distorções que vinham sendo usadas para reduzir a carga. Quem não se planejar agora corre o risco de pagar mais do que deve e de enfrentar insegurança jurídica na transição", afirma.

Para a especialista, o impacto será sentido tanto no planejamento contábil quanto no estratégico, já que o novo modelo exigirá maior integração entre áreas tecnológica, financeira, fiscal e jurídica. "O momento

de agir é antes da mudança começar a valer. Depois, as margens de ajuste serão muito menores", completa.

Uma nova estrutura permitirá o cruzamento automatizado de informações fiscais em tempo real, por meio de uma base digital nacional. Esse mecanismo vai permitir que o governo acompanhe as transações de bens e serviços de forma instantânea, fortalecendo o combate à sonegação e aumentando a transparência na arrecadação. A especialista observa que essa rastreabilidade total também aumenta a exposição das empresas, exigindo controles internos mais robustos e auditorias preventivas.

"O contribuinte ganha clareza, mas também visibilidade. Notas, créditos e débitos estarão totalmente integrados, e operações sem lastro contábil ou com erros de classificação serão rapidamente identificadas. O planejamento tributário precisa ser visto como um processo contínuo, e não como uma ação pontual de fim de exercício", reforça Mary Elbe.

Ela acrescenta que empresas com múltiplas filiais, operações interestaduais ou regimes especiais de apuração devem ter atenção redobrada, já que o novo sistema elimina diferenças regionais e tende a centralizar a cobrança, o que exige uma revisão criteriosa de toda a estrutura operacional. O fechamento de 2025 representa a última grande janela para agir com segurança e previsibilidade.

"As empresas precisam usar esses meses para simular cenários, revisar regimes tributários, identificar créditos acumulados e avaliar políticas de precificação e contratos. O planejamento feito dentro da legalidade é o que vai separar quem se adapta com eficiência de quem será surpreendido por novas alíquotas e obrigações", conclui Mary Elbe.

Ela destaca ainda que os efeitos da reforma não se limitam à área financeira: impactam também a governança corporativa, a relação com fornecedores e parceiros e o próprio posicionamento competitivo no mercado.

(*) Homework inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/meu->

***negocio/novo-imposto-para-pmes-pode-ultrapassar-r-56-
trilhoes,4c0f2d7690e6e6b16c80240ef54ecad2kd2y4c8f.ht
ml***

Lula decide vetar benefício para contribuinte "bom pagador"

FABIO GRANER

Após se reunir ontem com Ministério da Fazenda, Advocacia-Geral da União (AGU) e Casa Civil, o presidente Lula decidiu vetar alguns trechos do projeto de lei do devedor contumaz que facilitavam a renegociação de débitos dos chamados bons contribuintes.

Entre os pontos que serão vetados está a possibilidade de desconto de até 70% de multa e juros para os contribuintes com melhor nota no cumprimento de suas obrigações tributárias e que estejam com dificuldades financeiras.

A medida consta em artigo do projeto do devedor contumaz, aprovado pelo Congresso em dezembro do ano passado -o texto facilita a punição a empresas que usam a inadimplência fiscal como estratégia de negócio e deixam de pagar **tributos** de forma reiterada e sem justificativa.

Outro veto que deve ser publicado no Diário Oficial é sobre a possibilidade de esses contribuintes com melhor avaliação no âmbito do programa Sintonia usarem créditos decorrentes de prejuízos em anos anteriores para abater os valores a pagar em caso de atraso não recorrente no recolhimento de **tributos**.

As medidas enfrentavam resistência sobretudo nas áreas jurídicas do governo, principalmente na AGU e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, mas também em outras pastas, como o Ministério do Planejamento.

Os principais argumentos para o veto a esses pontos eram a ausência de estimativa de renúncia fiscal e a violação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, que não autoriza a criação de novos benefícios tributários.

O argumento é rebatido por defensores do dispositivo, que o comparam à Lei do **Carf** (o órgão de recursos administrativos do Fisco), que permitiu descontos de multa e juros de forma similar.

A discussão dos vetos foi também palco de disputa entre as carreiras jurídicas e do Fisco. No lado da advocacia, apontava-se um risco de uma hipertrofia da Receita, que passaria a poder negociar com os

contribuintes.

No campo da Receita, a leitura é que a área jurídica não teria interesse no caminho da conformidade e de uma relação mais próxima entre o Fisco e os contribuintes, porque isso reduziria o litígio e o abastecimento do fundo de honorários. Atese é rejeitada pelos advogados públicos.

O projeto contou com uma rara aliança entre a Receita e o setor empresarial, especialmente pela Associação das Empresas de Capital Aberto (Abrasca), que defendia a sanção integral do texto.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Brasil pagou o dobro do Paraguai em 2025 por energia de Itaipu

Robson Rodrigues De São Paulo

Os consumidores brasileiros pagaram mais que o dobro do valor cobrado dos paraguaios pela energia gerada pela usina de Itaipu em 2025, apesar de o Brasil ter arcado com a maior parte dos custos da hidrelétrica binacional. Dados da própria usina mostram que, enquanto o Brasil respondeu por 78,5% do Custo Unitário dos Serviços de Eletricidade (Cuse), recebeu apenas 64,44% da energia produzida. O resultado foi um preço médio de US\$ 47,35 por MWh para os brasileiros, contra US\$ 23,17 por MWh pagos pelos paraguaios.

A distorção, segundo especialistas, é consequência das negociações tarifárias conduzidas desde 2022 pela diretoria e pelo conselho da companhia, que optaram por negociar a tarifa da usina para os anos de 2022, 2023 e 2024 em vez de aplicar o critério de custo previsto no Tratado de Itaipu e em seu Anexo C (que estabelece as bases financeiras da usina).

A decisão colocou a tarifa em um patamar de US\$ 19,28 por quilowatt (kW), enquanto que técnicos dizem que deveria estar na casa dos de US\$ 9 por kW, impondo um custo adicional de US\$ 1,2 bilhão por ano (cerca de R\$ 6,4 bilhões) aos consumidores brasileiros. Para tentar minimizar, a usina prometeu fazer um aporte de US\$ 285 milhões em 2026 para manter as tarifas do lado brasileiro em US\$ 17,66 por kW para os consumidores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Especialistas, instituições do setor elétrico e parlamentares questionam a legalidade do processo. Além de contrariar o Tratado, que estabelece uma tarifa baseada estritamente nos custos da usina, a medida também é apontada como incompatível com a Constituição Federal. O artigo 49, inciso I, determina que acordos internacionais que gerem encargos ao país precisam ser aprovados pelo Congresso, o que não ocorreu nesse caso, como já informou o Itamaraty.

Em 2024, a assimetria foi aprofundada com o chamado "Acordo de Assunção", firmado por ministros de Energia e de Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai. O acordo incluiu a terceira negociação tarifária e restabeleceu o chamado "Acordo Operativo", que permitiu que parte da energia paga pelos consumidores brasileiros fosse consumida pelo

Paraguai.

Esse arranjo exigiu um aditivo ao contrato entre a ENBPar, estatal que controla parte brasileira da hidrelétrica, e Itaipu. Apesar de pedidos formais feitos pelo Valor, via Lei de Acesso à Informação (LAI), a ENBPar se recusa até hoje a divulgar o teor do documento. A negativa levou a instituição Transparência Internacional a questionar a falta de transparência, que impede a verificação das bases legais e econômicas do acordo. Procurada, a ENBPar não quis se manifestar sobre o Acordo Operativo.

A estatal informou apenas que Itaipu fechou o ano de 2025 com uma produção 8,63% superior à do ano de 2024. Disse ainda que a geração de qualquer hidrelétrica depende da afluência, da disponibilidade de seus equipamentos e da demanda dos sistemas.

Os efeitos aparecem em 2025. A usina fechou o ano com produção de 72,87 milhões de MWh, energia suficiente para abastecer o planeta por um dia. Embora a hidrelétrica tenha gerado 5,74 milhões de MWh a mais do que em 2024, 96% dessa energia adicional foi destinada ao Paraguai.

Perto de 14% da energia paga pelos brasileiros foi consumida pelos paraguaios. O custo da energia transferida foi de US\$ 395,9 milhões pagos nas contas de luz no Brasil sem a entrega de um único MWh aos consumidores brasileiros (ver gráfico). O Paraguai arcou com apenas 21,27% dos custos comuns, mas recebeu 35,6% da energia produzida.

Em nota, Itaipu Binacional disse que a análise está equivocada. Segundo a empresa, comparações entre o preço final ao consumidor brasileiro e paraguaio desconsideram encargos, **tributos** e custos de transmissão e distribuição que não integram o Cuse nem são de responsabilidade da usina.

"Não há diferença de tarifa entre Brasil e Paraguai no âmbito de Itaipu. A maior participação do Brasil no Cuse decorre exclusivamente da maior contratação de potência, conforme previsto no Tratado", diz a nota.

O Valor considerou exclusivamente os custos binacionais da usina, que compõem a tarifa binacional Cuse. Não foram incluídos custos nacionais nem despesas adicionais pagas apenas pelos brasileiros,

como as relativas à cessão de energia, justamente para permitir a comparação entre o que cada país paga e a energia que efetivamente recebe.

A análise também não se baseia apenas no valor da potência contratada, mas no custo final da energia entregue, medido em dólares por megawatt-hora (US\$/ MWh), em linha com o Anexo C do Tratado de Itaipu, que diz que "cada entidade compradora tem o direito de utilizar a energia que puder ser produzida pela potência por ela contratada".

Para o professor associado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Alexandre Street, o aumento da tarifa de Itaipu a partir de 2022 não se explica por razões técnicas ou econômicas. "O problema não é técnico, nem econômico. É legal e ético", diz.

Segundo ele, ao descumprirem os termos do Tratado, os governos rompem, na prática, um contrato firmado com os consumidores há mais de 50 anos, impõem um ônus elevado às tarifas de energia e recorrem a "narrativas construídas para justificar decisões que beneficiam exatamente quem as toma".

Sobre a distribuição da energia excedente, Itaipu diz que a quantidade de energia consumida pelos sistemas elétricos brasileiro e paraguaio é estabelecida pelos seus respectivos operadores nacionais. O ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Jerson Kelman concorda que a tarifa diminuiu depois do pagamento da dívida. Porém, para ele, não é essa a questão que está em debate.

O que se discute, segundo Kelman, é que o preço da energia de Itaipu poderia ser menor se o Tratado fosse estritamente cumprido, sem a inclusão do custo de benfeitorias socioambientais não previstas no Tratado, que ele classifica como "iniciativas políticas, às vezes meramente eleitorais" e sem relação com a operação da usina.

"Deixar de diminuir a conta de luz de milhões de brasileiros para amealhar mais de R\$ 6 bilhões em 2024 para uso discricionário do Conselho de Administração de Itaipu é ou não um compromisso gravoso ao patrimônio nacional? Eu penso que sim", acrescenta.

Relatórios da Academia Nacional de Engenharia (ANE) e a Frente Nacional de Consumidores de Energia (FNCE) também criticam o aumento tarifário para financiar ações sociais. Entre os custos da usina em 2025, incluem R\$ 1,3 bilhão para obras na COP 30, R\$ 820 milhões na Universidade Latinoamericana, entre outros gastos com recursos que poderiam aliviar

a tarifa de 130 milhões de brasileiros.

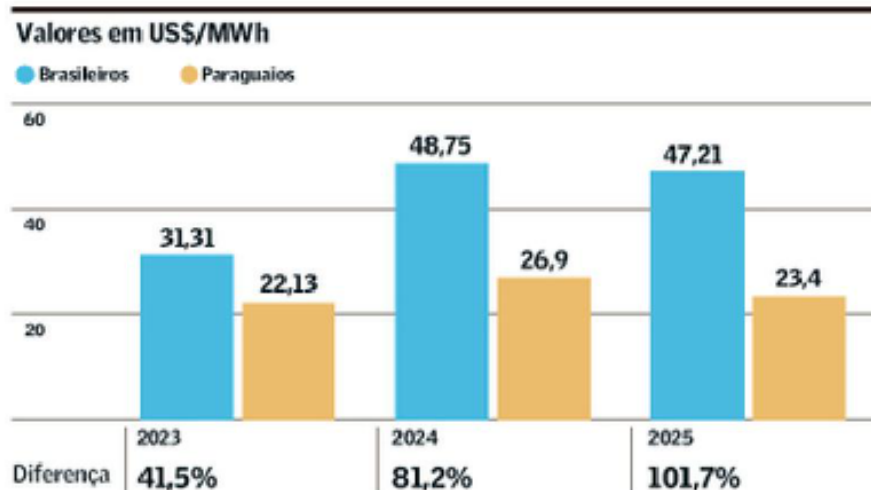
O diretor-presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), Carlos Faria, vê como muito grave o fato de recursos do orçamento de Itaipu continuarem sendo destinados a outros propósitos que não têm nada a ver com as suas atividades.

"Preocupa muito que essa situação se soma ao fato de que o financiamento para a construção da usina já foi amortizado. Não faz sentido, portanto, que os brasileiros continuem pagando o mesmo valor pela energia."

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260109/>

Mesma energia, dois preços

Brasil arcou com a maior parte dos custos da usina, mas pagou mais caro e recebeu menos eletricidade



6,7%

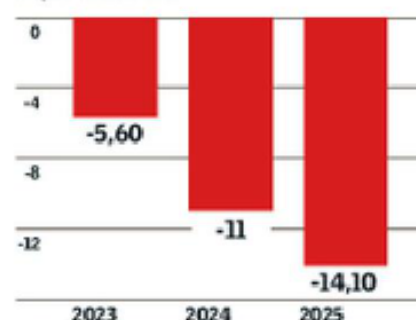
foi quanto Itaipu respondeu pela carga do Sistema Interligado Nacional (SIN) em 2025

10 milhões de MWh

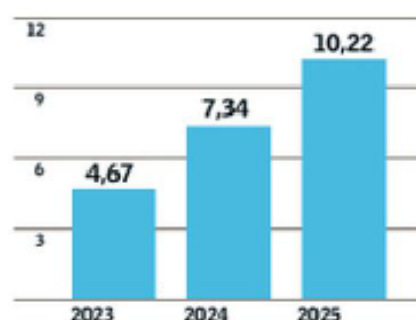
pagos pelo Brasil foram consumidos pelo Paraguai, volume equivalente à cidade do Rio de Janeiro

Energia paga pelo brasileiros e consumida pelo paraguaios

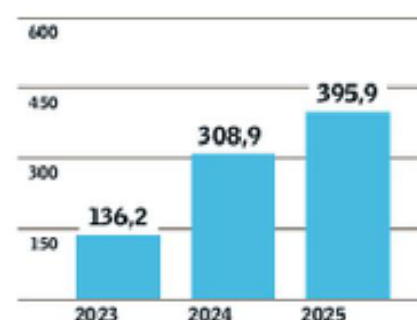
Diferença entre o que pagou e o que levou (%)



Em milhões de MWh



Valor (US\$ milhões)



Fonte: Itaipu Binacional e ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico)

Capitalização vai liberar mais R\$ 9 bilhões para indústria, afirma Finep

Giordanna Neves De Brasília

A proposta em discussão no governo para capitalizar a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em R\$ 3,5 bilhões, por meio da transferência de ações do Banco do Nordeste (BNB) e do Banco da Amazônia (Basa), deverá viabilizar cerca de R\$ 9 bilhões adicionais em desembolsos para a indústria no âmbito do programa Nova Indústria Brasil (NIB), informou a própria Finep ao Valor. Com a medida, o volume total de desembolsos da estatal previsto para este ano alcançaria quase R\$ 20 bilhões.

Segundo técnicos do governo, a operação não tem impacto nas regras fiscais, visto que envolve ações já emitidas que integram o ativo da União e permanecerão em seu patrimônio, apenas mudando de titularidade ao serem transferidas para a Finep. A estatal é vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e atua no financiamento à inovação em parceria com institutos de ciência e tecnologia (ICTs) e empresas privadas no âmbito da NIB.

A capitalização da Finep com ações de bancos públicos tem como objetivo elevar o seu patrimônio líquido e ampliar os desembolsos. Isso porque a lei que rege o

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), cujos recursos são operados pela estatal, estabelece que o volume total das operações de crédito da empresa, inclusive aquelas realizadas com recursos do FNDCT, não pode ultrapassar nove vezes o seu patrimônio líquido.

Como a Finep está próxima desse limite, a concessão de novos financiamentos ficaria comprometida quando chegasse ao teto, mesmo havendo recursos disponíveis. Em 2025, inclusive, foi sancionada uma lei que liberou o acesso da estatal a mais verba do FNDCT.

Ao Valor a Finep reiterou que, nesse contexto, a capitalização se torna necessária para viabilizar a ampliação dos investimentos em inovação no âmbito da NIB. Segundo a estatal, de 2026 a 2028, estão previstos mais de R\$ 30 bilhões somente em recursos adicionais, totalizando um desembolso de R\$ 65 bilhões para o período, considerando apenas recursos

de crédito.

Desde o início deste mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a empresa ampliou fortemente sua atuação. Em 2024, foram contratados, no total, R\$ 23,9 bilhões e efetivamente liberados, uma etapa posterior, R\$ 15,6 bilhões. O cálculo considera todos os instrumentos disponíveis. Na modalidade de crédito direto, foram contratados R\$ 11,2 bilhões e liberados R\$ 7,7 bilhões.

Em 2022, último ano do governo de Jair Bolsonaro, foram contratados, no total, R\$ 6,5 bilhões (R\$ 3,4 bilhões liberados) - sendo R\$ 3,6 bilhões contratados na modalidade de crédito direto (com liberação de R\$ 2,2 bilhões).

Para especialistas, apesar de a capitalização via ações não afetar as regras fiscais, ela permitirá ao governo manter elevados os desembolsos da Finep, que geram despesa financeira para o Tesouro e têm reflexos sobre a dívida pública, uma vez que os financiamentos são concedidos a taxas subsidiadas. Ações como essa são alvo de uma auditoria operacional do Tribunal de Contas da União (TCU), sob relatoria do ministro Bruno Dantas. Procurado, o Ministério da Fazenda não respondeu até a conclusão desta edição.

Na visão da economista-chefe do banco Inter, Rafaela Vitória, o uso de estatais para gastos e investimentos fora do escopo é sinal de falta de transparência no planejamento orçamentário. "Com o Orçamento mais rígido, o uso de estatais acaba fornecendo esse canal para o governo aprovar gastos fora das regras. Quando é composto com a má gestão, esse resultado tem sido um déficit crescente nas estatais nos últimos anos", avaliou.

Segundo Vitória, existe hoje uma baixa credibilidade nas regras fiscais, e isso pode ser observado na desancoragem das expectativas de **inflação** e no alto prêmio nas taxas de juros do Brasil. "Um déficit primário de 0,7% do **PIB** [Produto Interno Bruto], que esperamos para 2026, não deveria ser fonte de tanta incerteza, mas a ausência de regras firmes e o constante uso do governo de fontes paralelas de gastos prejudicam bastante o cenário atual", diz.

Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal

Independente (IFI), alerta ainda para os efeitos do estímulo à atividade econômica em um contexto em que o Banco Central mantém uma política monetária contracionista. "Esses desembolsos ampliam o crédito direcionado na economia (assim como os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o que dificulta ainda mais a condução da política monetária, visto que o crédito direcionado não é afetado pela Selic", diz. O crédito direcionado pode ter, por exemplo, taxas de juros menores do que a Selic.

Ele também acredita que a ação entraria no escopo da auditoria do TCU, que tem como objetivo analisar mecanismos que, embora possam ter autorização em leis ou atos normativos, minam a credibilidade das regras fiscais e, em última instância, das contas públicas.

A unidade fiscal do TCU apontou, em relatório preliminar, distorções no modelo de repasse do FNDCT à Finep. Uma delas foi classificada como "custo fiscal oculto", já que muitos financiamentos são concedidos a Taxa Referencial (TR). Como os recursos utilizados nas operações têm origem no fundo, a cobrança de juros inferiores reduz o retorno financeiro ao FNDCT. Na prática, segundo o TCU, isso configura um subsídio implícito cujo custo total não é demonstrado no Orçamento, comprometendo a transparência das contas públicas.

A proposta preliminar da auditoria, que precisa passar pela manifestação dos gestores responsáveis, sugere o desenvolvimento de uma metodologia capaz de calcular e dar transparência ao valor total dos subsídios implícitos nessas operações. Em nota, a Finep reforçou que os recursos do FNDCT são executados a partir do Plano de Investimentos aprovado pelo Conselho Diretor do FNDCT e estão 100% dentro do Orçamento público.

"A Finep, como instituição executora, preza pela total transparência, tendo publicização de todos os dados de execução. Em 2025, o próprio TCU reconheceu o elevado nível de transparência da Finep ao conceder à agência o Prêmio Nacional de Transparência Pública/Organizações Federais/Ciclo 2025, na categoria Ouro", disse.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260109/>

Sob impacto dos juros, indústria anda de lado em novembro

Alessandra Saraiva e Marta Watanabe Do Rio e de São Paulo

Sob peso da política monetária, a produção da indústria brasileira prosseguiu em novembro andando de lado, mantendo a operação em mesmo patamar praticamente desde abril. Para 2026, a expectativa de alguns economistas é que políticas de estímulo possam ajudar a indústria de transformação.

A produção da indústria brasileira mostrou estabilidade em novembro ante outubro, com um comportamento heterogêneo: pior desempenho para atividades mais dependentes do crédito e um quadro melhor nos ramos mais ligados à renda, sob influência de mercado de trabalho ainda aquecido.

O desempenho ficou levemente abaixo da mediana das estimativas de 28 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data, de alta de 0,1%. Frente a novembro de 2024, a produção industrial caiu 1,2%.

O resultado da pesquisa de novembro divulgada pelo IBGE veio em linha com as expectativas gerais, assim como os dados desagregados, diz Rodolfo Margato, economista da XP. Ele observa que duas das quatro categorias econômicas cresceram na comparação mensal e dez entre as 25 classes de atividade tiveram expansão na mesma base de comparação.

"Já há algum tempo reforçamos o cenário-base de estagnação da indústria, especialmente na indústria de transformação. Por um lado observamos níveis de estoques excessivos em cadeias manufatureiras importantes, além do impacto das condições monetárias mais apertadas, o que tem afetado especialmente as categorias de bens de capital e de consumo duráveis, que dependem mais das condições de crédito e por isso são mais impactadas nesse cenário de juros elevados e com o alto grau de endividamento de empresas."

A abertura mostra que as categorias de uso que puxaram para baixo o resultado da indústria de novembro, destaca, foram bens duráveis e intermediários, nota Stéfano Pacini, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV)

lbre) . "Em intermediários, temos química, petróleo, têxtil. Mas em duráveis, os produtos que puxaram para baixo foram veículos automotores, e indústria de material eletrônico e de informática, que são eletrônicos em geral, celular, televisão etc. Móveis também vieram nesse sentido. É a política monetária dificultando o acesso aos bens duráveis também. Se o custo do crédito é mais alto, a compra por meio de financiamento fica mais difícil."

Das grandes categorias da indústria pesquisadas pelo IBGE, duas tiveram alta em novembro ante outubro. Bens de capital cresceram 0,7%, e bens de consumo, 0,8%. Nessa última categoria, porém, houve comportamento diverso entre duráveis, que caíram 2,5% e semiduráveis e não duráveis, que subiram 0,6%. Bens intermediários caíram 0,6%. A categoria representa cerca de 55% da indústria.

Considerando as seções, a atividade extrativa, destaca Margato, registrou queda de 2,6% ante outubro, mas crescimento de 4,6% em relação ao mesmo período de 2024. Enquanto isso, a indústria de transformação ficou praticamente estável, na variação mensal, com ligeira alta de 0,2%, mas retração de 2,2% contra novembro de 2024.

A queda da extrativa em novembro na verdade devolve só um pouco a forte alta de outubro, de 3,5%, observa João Savignon, economista-chefe da Kínitro Capital. Mas no acumulado até novembro, destaca, há alta de 4,7%, principalmente devido à produção de petróleo. "Por outro lado, a indústria geral está subindo bem menos no acumulado até novembro, com alta de 0,6%. O dado de novembro mantém essa heterogeneidade grande."

A indústria extrativa é não cíclica, ou seja, seu desempenho não está tão ligada ao ciclo da atividade econômica, explica Savignon. Para 2025, ele estima que a extrativa tenha puxado o crescimento da indústria como um todo, como componente do **PIB**. A projeção para alta do **PIB** é de 2,3% em 2025, sendo que a indústria deve crescer menos, em 1,9%. A extrativa, porém, estima, sobe 7,6%, e a indústria de transformação, 0,4%. Para o **PIB** de 2026, a alta projetada é de 2%, sendo que a indústria total cresce 1,3%.

Para Savignon, a abertura da pesquisa industrial de

novembro mostra um comportamento predominantemente negativo, com índice de difusão baixo. Segundo o IBGE, o índice de difusão, indicador que mostra a fatia dos produtos que tiveram crescimento, foi de 19,5% para a indústria geral em novembro ante o mês anterior, sem ajuste sazonal.

O último trimestre de 2025, estima Savignon, deve ter fechado com alta de 0,1% da indústria ante o trimestre anterior, com ajuste sazonal. "Praticamente uma estabilidade, o que reforça o cenário de desaceleração gradual da atividade, apesar dos desempenhos bem distintos entre os setores."

Entre os recuos de produção expressivos da indústria em novembro, na variação mensal, destacam-se veículos automotores, reboques e carrocerias (-1,6%); de produtos químicos (-1,2%); de produtos alimentícios (-0,5%) e de bebidas (-2,1%). Em contrapartida, houve alta expressiva de produção no setor de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (9,8%). Essa atividade exerceu principal impacto positivo na média da indústria geral nesse período de comparação e interrompeu dois meses seguidos de recuo na produção, período em que acumulou perda de 22,6%.

Mesmo com estabilidade no indicador cheio, a indústria mostra cenário "predominantemente negativo", diz André Macedo, economista do IBGE e gerente da pesquisa. É possível dizer, avalia, que o setor industrial já mostrava comportamento de estabilidade, sem grandes crescimentos, ao longo de 2025. Macedo ponderou que o setor industrial vem operando até novembro do ano passado em mesmo patamar praticamente ao de abril.

Em 2025, diz Macedo, há uma leitura de perda de intensidade na atividade. "Podemos dizer que 2025 pode ser dividido em dois "pedaços": no primeiro semestre, quando mostrou alta em torno de 1,2% acumulada; e de julho a novembro, que mostrou atividade praticamente nula."

Houve em 2025, diz Pacini, do FGV Ibre, um cenário macroeconômico muito desafiador para a indústria. "Além da política monetária, tivemos tarifaço americano, envolvendo a nossa demanda externa, que veio por ampliar essa desaceleração. Os dados da sondagem mostram uma indústria mais estocada ao fim de 2025. Foi um ano complexo, mas ainda assim a indústria terminará com um crescimento." Até novembro, os dados do IBGE mostram que a indústria geral acumulou alta de 0,6%. Para o ano fechado, diz Pacini, a alta deve ficar em nível semelhante.

Em 2026 há no cenário das tarifas novos desafios, como as sobretaxas do México. "Essas questões

amplificam o desafio para a indústria, embora não sejam balizadores que façam a produção subir ou cair. A nossa produção de bens é muito forte na demanda interna, principalmente na produção de intermediários e não duráveis. Serão, portanto, as questões internas do Brasil, da nossa conjuntura macroeconômica, que devem afetar a indústria em 2026", avalia Pacini.

Margato, da XP, diz que a projeção da corretora para a indústria geral é de crescimento de 1,3% em 2026, após elevação esperada de 0,7% em 2025.

"Medidas como isenção do Imposto de Renda para pessoa física com renda até R\$ 5 mil mensais e programas como Gás do Povo, Luz do Povo, além de medidas voltadas ao setor da construção, entre outros estímulos, devem prover uma sustentação para a demanda interna em 2026, evitando um ciclo recessivo na indústria de transformação e também em outros setores."

A XP manteve projeção para o **PIB** de 2026 em crescimento de 1,7% com viés de alta. Para o ano passado, a estimativa é de alta de 2,3% para o **PIB**.

Para Pacini, qualquer tendência que a indústria siga, de desaceleração ou aceleração, será com desempenho gradativo. Ele lembra que, mesmo com a queda esperada de juros no decorrer de 2026, a Selic ainda estará alta ao fim do ano. "O acesso ao crédito continua difícil, e a queda de juros deverá ser uma melhora muito marginal do que gerar um ciclo de avanço robusto." Há também, destaca, um mercado de trabalho que se mantém positivo e que ajuda a sustentar a demanda, principalmente de bens essenciais.

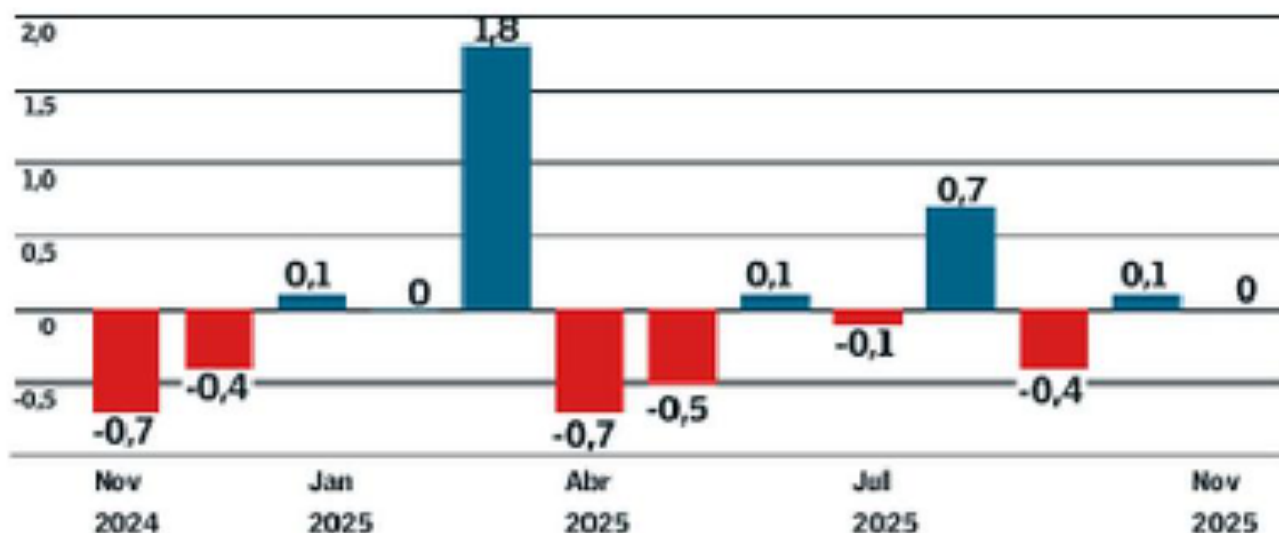
"Há notícias positivas, mas temos também as eleições, o que pode aumentar a incerteza política. E pode ser que tenhamos medidas do governo que contribuam para acelerar o consumo novamente, o que pode beneficiar a indústria. Os fatores macroeconômicos apontam para um ano que, se for de melhora, será de melhora gradual. Se a desaceleração continuar, será uma desaceleração gradual."

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260109/>

Atividade industrial em ritmo fraco

Indústria mostrou várias taxas próximas de zero em produção em 2025

Variação ante mês anterior em %



Bens de capital em alta, bens intermediários em queda

Categorias industriais mostraram equilíbrio entre altas e quedas

	Var. em nov/25 ante out/2025 em %	
Bens de capital	0,7	
Bens intermediários	-0,6	
Bens de consumo duráveis	-2,5	
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	0,6	
Indústria geral	0	

Fonte: IBGE

Mercado externo pesa, e IGP-DI volta a ter deflação anual

Paula Martini Do Rio

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) fechou 2025 com queda de 1,20%, informou nesta quinta-feira (8) o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Em três anos, foi o segundo com deflação no indicador. Em 2023 o IGPDI fechou com queda de 3,3%.

O acumulado anual do IGP-DI ficou acima da mediana de recuo de 1,26% das estimativas colhidas pelo Valor Data. O intervalo para 2025 ia de -1,38% a -1,09%.

O saldo é explicado pela queda do preço das commodities minerais, metálicas e energéticas no mercado internacional, que impactou o preço de produção no Brasil e o comportamento dos preços ao produtor.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que representa 60% do indicador, recuou 3,61% em 2025, também o primeiro resultado anual negativo desde 2023.

Matheus Dias, economista do FGV Ibre, aponta que as commodities contribuíram de maneira generalizada para a queda anual, com os insumos agrícolas tendo influenciado também a desaceleração do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que fechou o ano com alta de 4%.

"O Índice de Preços ao Consumidor começou o ano em patamares mais elevados e caminhou para a desaceleração", diz .

Segundo o economista, os preços finais ao consumidor refletiram as quedas para o produtor acumuladas ao longo de 2025, principalmente em itens agrícolas como soja, farelo de soja e milho.

"Caso não tivesse essa queda das commodities agropecuárias, a gente teria um IPC mais elevado", completa.

Por outro lado, segmentos de serviços e habitação permaneceram pressionados, impedindo uma queda maior no ano.

As principais influências positivas do IGP-DI em 2025 foram tarifa de eletricidade residencial (16,26%), plano

de seguro e saúde (6,16%) e refeições em bares e restaurantes (7,76%).

Na comparação mensal, o indicador subiu 0,10% em dezembro, depois de registrar alta de 0,01% em novembro. A variação ficou acima da mediana das estimativas de consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data, de alta de 0,04%, e dentro do intervalo das projeções entre queda de 0,08% a alta de 0,21%.

De acordo com a FGV, o principal fator para a alta mensal foi o avanço do minério de ferro (4,1%), que tem peso relevante no Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA).

O IPA subiu 0,03% em dezembro, invertendo o comportamento em relação a novembro, quando caiu 0,11%. O IPC aumentou 0,28%, repetindo a taxa de variação do mês anterior.

Dias aponta que houve aumentos relevantes no farelo de soja (4,28%) e no milho (1,09%) no último mês do ano. Ele diz que a alta dos alimentos tende a ser observada até fevereiro, mas dentro de um patamar esperado para essa época do ano. "É natural que se observe um aumento de preços dos alimentos a partir de dezembro pela questão da sazonalidade. Mas tem sido uma alta comportada e sem volatilidade", ressalta.

Sobre a trajetória do índice em 2026, o pesquisador avalia que o principal desafio será o setor de serviços, que apresentou resiliência no ano passado a despeito do contexto de pleno emprego e aumento da renda, que deve se manter em 2026. "O controle da **inflação** de serviços e a convergência para a meta são os grandes desafios para 2026", diz.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260109/>

Temas econômicos em 2026 (Artigo)

Armando Castelar Pinheiro

Armando Castelar Pinheiro, pesquisador do IBRE/FGV, professor do Instituto de Economia da UFRJ, é PhD em economia pela Berkeley e foi chefe do Departamento Econômico do BNDES

O mundo está mudando, e muito, na geopolítica, na economia e na ideologia, entre outras áreas. Para onde vamos? Impossível dizer. Porém, até por ser virada de ano, é inevitável tentar adivinhar.

Na economia, é notável como o que se prevê parece com o observado no último par de anos, sinalizando um quadro tranquilo. Em relatório recente (<https://bit.ly/4jvCW9B>), a OCDE, por exemplo, projeta que o **PIB** mundial cresça 2,9% este ano e 3,1% em 2027, pouco menos do que em 2025 (3,2%). E isso pressupõe uma desaceleração mais pronunciada nos EUA, que me parece improvável, considerando os estímulos fiscais e monetários esperados por lá, além do efeito riqueza vindo da valorização do mercado acionário. A OCDE também espera uma **inflação** controlada e um mercado de trabalho confortável para a média dos países da Organização, com taxa de desemprego estável em 5%, bem abaixo dos 6,5% médios de 2013-19.

A previsão mediana do Focus também é de um cenário bem tranquilo. Espera-se que o **PIB** cresça 1,8% neste e no próximo ano, que a **inflação** ceda um pouco, para 4,1% e 3,8%, respectivamente, e que o Banco Central (BC) corte a Selic para 12,25% no fim de 2026 e 10,50% um ano depois. Um quadro compatível com uma nova expansão do crédito e uma taxa de desemprego próxima ao recorde de 5,2% atingido em novembro passado. O câmbio ficaria estável, em torno de R\$ 5,50/US\$, o déficit primário do setor público também, perto de 0,5% do **PIB**, gerando um déficit nominal entre 8,0% e 8,5% do **PIB**.

O fato de tanta coisa ter acontecido em 2025, em especial a profunda mudança no comércio internacional causada pela elevação das tarifas americanas, e no final o desempenho da economia ter ficado tão em linha com as previsões iniciais, talvez explique esse otimismo. Ou talvez seja simplesmente porque, como observou Groucho Marx, "é melhor ser otimista e estar errado do que pessimista e certo". Por outro lado, como John M. Keynes alertou: "O inevitável nunca acontece. É o inesperado sempre", uma observação bem substantiada pela operação das forças armadas americanas na Venezuela - e pelos

planos dos EUA para o país e seu petróleo - ocorrida no primeiro fim de semana do ano.

Há diversas peças em movimento que podem complicar o cenário econômico. A que mais tem causado preocupação diz respeito à forte valorização das ações de empresas de tecnologia, resultante, em parte, do otimismo sobre os ganhos que essas esperam extrair de seus investimentos em inteligência artificial. É notável, por exemplo, que a bolsa americana (S P 500) esteja sendo negociada com múltiplos de preço/lucro maiores do que na bolha de 1929 e quase no mesmo patamar da da internet, em 2000, múltiplos equivalentes a cerca do dobro da média dos últimos 150 anos. O questionamento, registre-se, não é sobre o impacto que a inteligência artificial vai ter, mas sobre que empresas conseguirão extrair receitas relevantes nesse processo, considerando toda a competição internacional que ora se desenvolve, como bem ilustrado pelo episódio do Deep Seek.

Com essas empresas se endividando de forma significativa para bancar elevadíssimos investimentos em tecnologia e energia, um fracasso em gerar receitas relevantes pode levar a uma forte queda nas cotações de suas ações, que respondem por metade do valor de mercado da bolsa, gerando uma perda de riqueza das famílias americanas. Isso puxaria a economia para baixo e levaria o Fed, o BC americano, a cortar juros de forma mais significativa, para além do 0,6 ponto percentual ora previsto no mercado futuro. Isso ajudaria a depreciar o dólar, em um cenário que não é de todo mal para países emergentes como o Brasil.

Relacionada a isso, temos uma outra importante fonte de incerteza para 2026: quem será indicado para substituir o atual presidente do Fed, em maio, e qual a disposição e a capacidade do indicado para reduzir significativamente os juros nos EUA, como preconiza o presidente americano? Caso isso ocorra, será outra força importante promovendo a desvalorização do dólar.

Há outros temas na mesa que podem influir no quadro externo: por exemplo, a **inflação** americana persistentemente acima da meta do Fed, que pode forçá-lo a subir os juros; o impacto da inteligência artificial sobre o mercado de trabalho, que pode ser mais forte do que ora previsto; o crescente endividamento público nos EUA, que pode pressionar os juros pagos nos Treasuries e, em consequência,

afetar a bolsa; e a subida de juros no Japão, que pode reduzir a atratividade das operações de "carry trade" com ativos americanos, também por aí pressionando o dólar. Esta, aliás, uma tendência que vai ser reforçada pelo rearranjo geopolítico em curso, que ajuda a explicar a escalada no preço de metais como o ouro, a prata e a platina.

No Brasil, porém, o tema principal, me parece, serão as eleições e o que elas vão sinalizar em relação à dinâmica das contas públicas. A previsão mediana do Focus é que a dívida bruta do governo geral (DBGG) atinja 83,8% do **PIB** em 2026 - um aumento de 3% do **PIB** ao ano no atual governo. Esse padrão se manteria em 2027, quando a DBGG chegaria a 87,1% do **PIB**, que seria o recorde histórico, em linha com o que ora se observa para a dívida líquida, que já vem batendo novos recordes a cada mês. Será que tudo seguirá tão bem comportado com a dívida pública aumentando tão rapidamente?

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260109/>

Ibovespa avança 0,6% com apoio da Petrobras (Artigo)

Maria Fernanda Salinet, Bruna Furlani, Arthur Cagliari, Vinícius Lucena, Gabriel Caldeira e Luana Reis De São Paulo

Com o apoio das ações da Petrobras, o Ibovespa voltou a subir na sessão de ontem. O avanço de 3% petróleo no mercado futuro ajudou a elevar os ganhos de ações de petroleiras, assim como ofereceu suporte para o real não depreciar tanto no pregão. Novos dados de emprego nos Estados Unidos não corroboraram com a percepção do mercado de que a economia americana está perdendo tração, o que ajudou a alimentar um movimento global de valorização do dólar.

Os juros futuros fecharam sem direção única, mantendo a tendência recente de movimentos distintos na estrutura a termo da curva, ou sejam, em diferentes vencimentos. As taxas de longo prazo recuaram após o leilão de títulos prefixados do Tesouro Nacional, o primeiro do ano, revelar uma oferta mais contida no dia do lançamento da NTN-F com vencimento em janeiro de 2037.

Por outro lado, as taxas de curto prazo encerraram em alta firme enquanto os investidores ajustavam posições antes da divulgação do dado de **inflação** de dezembro, que será feita hoje, assim como a apresentação os números do "payroll" (o principal dado do mercado de trabalho dos EUA).

À espera do "payroll", que pode dar pistas sobre a direção da política monetária nos EUA, os rendimentos dos Treasuries (títulos do Tesouro americano) e o dólar no exterior tiveram ganhos na sessão.

No fim do pregão, os rendimentos dos Treasuries com vencimento em 10 anos avançavam para 4,169%, ante 4,159% na última sessão. No mesmo horário, o índice DXY, que mede o desempenho do dólar frente a seis moedas fortes subia 0,19% aos 98,87 pontos.

Já as bolsas de Nova York fecharam em direções opostas, com uma firme queda nas ações do setor de tecnologia, enquanto as empresas ligadas à defesa se beneficiaram dos planos do presidente americano, Donald Trump, de aumentar gastos militares.

O índice Dow Jones subiu 0,55%, aos 49.265,62 pontos, o S P 500 oscilou 0,01%, aos 6.921,35 pontos,

e o Nasdaq caiu 0,44%, aos 23.480,016 pontos.

O movimento misto em Wall Street não atrapalhou a alta do

Ibovespa, que subiu 0,59%, aos 162.936 pontos, na máxima intradiária. Na reta final do pregão, as ações da Petrobras e de alguns bancos passaram a ser negociadas perto das máximas intradiárias, o que garantiu fôlego extra ao índice. No fim, as PN da petroleira subiram 1,24%, enquanto as ON tiveram alta de 2,50%, o que pode indicar que houve compra de papel por parte de investidores estrangeiros.

O desempenho da bolsa também foi favorecido pelo recuo dos juros futuros de longo. Encerrados os negócios, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2031 recuou de 13,345% para 13,32%.

O dólar comercial teve valorização de 0,06%, cotado a R\$ 5,3888. "Estamos em um dia 'pré-payroll' e isso deixa o mercado em compasso de espera. Visto que esta deve ser a primeira divulgação sem ser contaminada pela paralisação do governo americano, o dado deve ser um bom balizador para o Fed [banco central dos EUA] tomar a decisão para a próxima reunião", afirma o economista-chefe da Frente Corretora, Fabrizio Velloni.

Apesar da cautela com o "payroll", o câmbio doméstico não registrou grande variação na sessão, em um sinal de que os dados de seguro-desemprego dos EUA não foram tão relevantes para uma formação de preços mais agressiva.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260109/>

Varejo brasileiro chega a NY de olho em IA e futuro das lojas

Adriana Mattos De São Paulo

Num ano que já começou tumultuado, e com eleições presidenciais e parlamentares na agenda global, como o consumo vai reagir às incertezas políticas? A inteligência artificial (IA) conseguirá dar fôlego novo ao ambiente geral nessas horas e, realmente, aprimorar o momento da compra?

A partir deste domingo (11), começa oficialmente a maior feira de varejo do mundo, a NRF 2026 Retail's Big Show, em Nova York, nos EUA, cuja maior delegação estrangeira é a brasileira, com cerca de 2,5 mil inscritos neste ano (mesmo número do ano passado), de um total de 40 mil visitantes, com palco específico apenas para IA, pela primeira vez na história da edição. O intuito é tirar o debate do campo da teoria e colocar o tema dentro da rotina dos negócios.

Isso cresce em importância porque uma análise prévia do teor das palestras mostra que mesmo empresas americanas ainda parecem tatear em determinados projetos, apesar de estarem convencidas dos retornos.

Numa das sessões, no domingo, da Impact Analytics, de serviços de tecnologia, será mencionado que 90% dos projetos de IA no varejo não têm dado certo ainda por não ganharem escala, mas aqueles que já chegaram lá têm retorno de US\$ 3,50 para cada US\$ 1 investido, segundo material da palestra. No mesmo dia, de forma inédita, John Furner, CEO do Walmart nos EUA, e Sundar Pichai, CEO da Alphabet, dona do Google, estarão juntos num palco para falar de IA. O Valor deve cobrir a feira pelo segundo ano seguido, com informações diárias no site e nas redes sociais do jornal.

A NRF, sigla de National Retail Federation, e que apelida o evento realizado desde 1911, é a maior federação de varejo do mundo.

Por conta da grade com 350 palestrantes - são sessões diversas e consecutivas a cada meia hora até o dia 13 - também entrarão na pauta o futuro das cadeias de supermercados e diferenças de hábitos entre gerações, e "cases" de marcas estão previstos na agenda - empresas referência, como a Abercrombie Fitch, abrirão detalhes de crises de imagens vividas recentemente.

Sobre inteligência artificial, as grandes varejistas de capital aberto têm se mexido em temas que vão da gestão de estoque no depósito, projeções de demanda e de pedidos à forma como um robô de IA "fala" com o comprador. Nesse grupo estão os mais avançados projetos de redes brasileiras como C A, Magazine Luiza e as estrangeiras Shopee, Temu e Amazon. Só que a grande massa segue ainda testando caminhos a passos curtos.

"IA deve ser o tema central da NRF, não só com aplicações mais práticas, mas principalmente mais eficazes", diz Marcos Gouvêa, diretor geral da Gouvêa Ecosystem, há 40 anos frequentador da NRF e líder de uma delegação.

"Ninguém vai sair espetando agentes de inteligência artificial em tudo de uma vez, porque não é nada trivial, há questões de segurança, compliance e governança. Só que veremos mais camadas de aplicações agora", afirma Alberto Serrentino, sócio e fundador da Varese Retail, que será um dos brasileiros palestrantes (a empresa levará 60 CEOs para Nova York).

No entendimento de executivos e empresários brasileiros já presentes na feira - há eventos prévios nesta semana -, o Brasil acelerou a implementação de ações de um ano para cá, porém ainda precisa avançar na gestão de software e hardware, na arquitetura de dados, e na gestão das informações que as redes vão capturando de clientes, algo central para que a IA rode de forma eficiente. Isso é crucial para criar um sistema de comunicação fácil e sem ruído com o cliente, pelos "prompts" (os sistemas da AI) por onde todo o processo de venda passa.

"Eu diria que há um 'delay', mas não estamos tão atrasados, pensando obviamente nas grandes redes que puxam esse movimento. Mas se os EUA são nota 7 em termos de avanços e aplicações, Brasil é 4,5 ou 5, e China está lá na frente, com 8,5, liderando esse processo, pela aceleração com que implementou suas estruturas [hardware e software]", disse Fabio Neto, sócio da StartSe, que gere um braço educacional com foco em tecnologia e estará na feira.

Paralelo a isso, para colocar o tema da evolução das lojas físicas no debate, normalmente foco de opiniões

controversas em edições passadas - houve quem previsse o fim delas nas edições no início dos anos 2000, erro até hoje lembrado pelos corredores da NRF -, haverá apresentações envolvendo grupos associados na entidade, com forte peso político no varejo americano.

Nessa lista estão as redes Macy's, Sack's, o grupo LVMH, Ralph Lauren, além dos líderes tradicionais, como Walmart, que deve abordar o tema da IA e a sua virada de mentalidade na última década, após dura competição com Amazon.

Deve ser gancho para se discutir expectativa de desempenho do varejo americano e global (a respeitada consultoria WGSN fará projeções até 2028), após desaceleração com a escalada da **inflação** e com o baque na cadeia de venda e distribuição das empresas após o tarifaço de Donald Trump.

Evolução do ponto físico, especialmente das marcas premium, volta ao debate com força, assim como a experiência na loja

Sobre isso, Maurício Morgado, doutor em administração de empresas pela EAESP/FGV, e que lidera o grupo da Fundação Getulio Vargas (FGV) no evento, diz que o tom nos próximos dias deve ser da busca de eficiência operacional paralelo à IA, por conta do nível de incerteza global e pela forte competição entre os grandes marketplaces globais (Amazon, Temu, Shopee, Shein). Dados da consultoria Deloitte mostram desaceleração das vendas entre as 250 maiores varejistas do mundo após 2021 (veja tabela acima), e com pressão sobre as margens pelos maiores custos financeiros e despesas.

Com base nas diferentes delegações, lideradas por consultorias, associações e universidades, estarão entre 250 a 350 empresas brasileiras de varejo, pagamentos, consultorias e tecnologia na NRF deste ano, segundo calculou o Valor. A FGV, a ESPM, as consultorias BTRVarese e Gouvêa Ecosystem, Sebrae e a CNDL, de dirigentes lojistas, lideram algumas das caravanas.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260109/>